



# O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7720 | Salvador, de 12.07.2019 a 14.07.2019

Presidente Augusto Vasconcelos



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

## Brasil das desigualdades

FERNANDO FRAZÃO - ABR



Reforma da Previdência do governo vai aprofundar as desigualdades sociais. Preocupante

A reforma da Previdência, em votação no Congresso Nacional, ao contrário do que o governo propaga, vai aprofundar as desigualdades sociais no país. Muitos trabalhadores pobres nunca irão se aposentar, sobretudo porque o mercado de trabalho está cada vez mais precarizado.

Página 4

**Congresso do BNB  
começa nesta sexta**

Página 2

**Gestão abusiva,  
metas, assédio**

Página 3



# Em defesa do BNB e da região Nordeste

Congresso começa nesta sexta. Sindicato participa

BEATRIZ FERNANDES  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**IMPRESINDÍVEL** para o Nordeste, o BNB aplicou R\$ 18,8 bilhões na economia da região. Foram mais de 2,4 milhões de operações. Alta de 9% na comparação com o mesmo período de 2018.

Pela importância para o povo nordestino e o país, a defesa do banco é o norte do 25º Congresso Nacional dos Funcionários do BNB, que começa nesta sexta-feira. O evento vai até este sábado, em Fortaleza. Ao todo, 70 delegados participam. Da Bahia e Sergipe são 14.

Além das questões específicas da insti-

tuição, o evento, cujo tema é *Defender o BNB é defender o Nordeste*, também discute conjuntura e a reforma da Previdência, na ordem do dia. Quem fala sobre o assunto é o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos, nesta sexta-feira, às 9h.

O evento abordará temas como os impactos da reforma trabalhista na categoria bancária e o futuro do BNB diante das ameaças de privatização e/ou fusão com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). No último dia, será aprovado o relatório final do congresso.

Presidente do SBBA, Augusto Vasconcelos, fala sobre conjuntura, hoje



Nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana foi eleita para o triênio 2019-2022

## Empossada diretoria do Sindicato de Feira

**EMPOSSADA** a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana para o triênio 2019-2022. Eleitos Sandra Freitas, funcionária do Santander, como presidente da entidade, e o empregado da Caixa Eritan Machado como vice-presidente.

A importância e reconhecimento do trabalho do Sindicato dos Bancários de Feira foram destacados por todos. A presidenta reeleita, Sandra Freitas, agradeceu a confiança dos bancários, pois faz

com que a diretoria tenha muito mais compromisso e garra na defesa e na garantia dos direitos dos trabalhadores em especial a categoria bancária, assim como da democracia, hoje ameaçada.

A posse aconteceu na sexta-feira passada e contou com as presenças de representantes de diversas entidades sindicais, como o presidente da Federação da Bahia e Sergipe, Hermelino Neto, e o diretor do Sindicato da Bahia, Aroldo Moreira.



## TEMAS & DEBATES

### A banalização do extermínio de pobres

Álvaro Gomes\*

O psicanalista Cristhophe Dejours, no seu livro *A banalização da injustiça social*, relata com muita propriedade a exploração dos trabalhadores na França, fruto da ofensiva do capital. Ressalta que a banalização do mal pelo trabalho não é novo nem extraordinário, que a novidade não está na iniquidade, na injustiça e no sofrimento imposto ao outro através de relações de dominação, mas sim no fato de que “tal sistema possa passar por razoável e justificado; que seja dado como realista e racional; que seja aceito e mesmo aprovado pela maioria dos cidadãos”.

Aqui eu quero me referir além da violência no trabalho, similar ou até mais grave que a dos trabalhadores franceses, a um verdadeiro extermínio da população pobre, através de assassinatos diários que têm se agravado e as medidas atuais do governo federal vêm no sentido do recrudescimento da situação. O porte de armas, a posse de armas, se concretizados, só servirão para aumentar ainda mais as mortes da população carente do nosso país.

Segundo o Atlas da violência de 2018, entre 1980 a 2016 foram 910 mil pessoas mortas por armas de fogo. Número crescente de 1980 até 2003, quando estabilizou até 2016 em função do Estatuto do Desarmamento que foi sancionado em 2003. Só em 2016 foram assassinados 33.590 jovens entre 15 e 29 anos. Um verdadeiro extermínio da juventude e de pobres. Propostas para combater essa violência existem, basta estabelecer políticas públicas tendo como base a justiça social. Infelizmente, no momento o que observamos é exatamente o contrário.

Retorno ao psicanalista Dejours para dizer que não é nenhuma novidade, como diria o escritor Jessé Souza, o ódio das elites ao pobre, a exploração, a violência contra a população carente; o assustador é que parte considerável da sociedade defende e até apoie os assassinatos em massa e os crimes simbólicos, como a morte de lideranças, a exemplo de Marielle, e de moradores de rua, índios, trabalhadores sem-terra, população LGBTQ+, entre outros, como se essas vítimas fossem cidadãos do mal sendo destruídas pela população do bem.

Para enfrentar esta realidade o desafio não é pequeno, a paz com justiça social é a bandeira que todos devem abraçar para construirmos uma sociedade onde todos possam viver com dignidade.

\*Álvaro Gomes é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e presidente do IAPAZ  
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

# Gestão abusiva que adocece

Cobrança exagerada e as condições de trabalho não ajudam

RENATA ANDRADE  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**AS METAS** e a gestão abusivas dos bancos são os principais motivos das doenças dos bancários, sobretudo, as psicológicas. A situação preocupa. Os empregados têm receio de falar sobre o

problema e não procuram ajuda.

Menos de 20% apresentam os atestados ou buscam os direitos para tratamento. Como o preconceito ainda é grande, o trabalhador não apresenta a documentação com medo de ficar marcado no banco. Esta foi uma das constatações feitas no seminário sobre saúde do trabalhador, realizado na quarta-feira, em São Paulo.

Com a cobrança exagerada para o cumprimento de metas, o empregado acaba realizando

as atividades sem perceber. No automático. Quase sempre doente, trabalhando até não aguentar mais.

O modelo de vida “*Just in time*” (tudo para agora) foi outro tema que repercutiu no evento. As metas não são mais semestrais e, sim, diárias ou semanais. Como tudo é para ontem, a cobrança só aumenta. E junto cresce o abuso do direito com as técnicas e políticas de gestão: metas, controle do tempo, do



Célio defende atenção à saúde

ritmo e da produtividade. O diretor de Saúde do Sindicato dos Bancários da Bahia, Célio Pereira, participou do evento.

## Na base do assédio moral nas agências

O **ASSÉDIO** moral é realidade no trabalho dos bancários. O dia a dia da categoria nas agências comprova. Configuram como gestão assediadora, sobrecarga de trabalho, pressão para cumprir metas inalcançáveis e

cobranças fora do horário.

Gestos, palavras ou comportamentos também caracterizam o assédio moral, como ressaltado na terceira mesa do *Seminário de Saúde do Trabalhador*, na quarta-feira. Além disso, a tecnologia incentiva outras formas da prática, a exemplo de *e-mails* enviados além do horário de jornada com cobranças, áudios e conversas de aplicativos de mensagens.

A maneira mais comum de assédio moral nos bancos é a organizacional. Um trabalhador cobra o outro para que todos da empresa batam a meta. No caso do inter-pessoal, a prática acontece entre o superior e o trabalhador e vice-versa e entre colegas de trabalho da mesma hierarquia.



## Banco de horas e saúde em debate com o BB

A **PRESSÃO** para adesão ao banco de horas, sofrida pelos funcionários das PSO (Plataforma de Suporte Operacional) do BB, preocupa a Comissão de Empresa, que cobra da direção da instituição mudança de conduta. Há denúncias de retaliações para aqueles que não aderem ao instrumento, como a transferência para outros municípios.

“A atitude é ilegal, pois fere o Acordo Coletivo de Trabalho, que garante a livre adesão”, destacou o diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia, Fábio Ledo, durante a mesa temática de saúde, realizada na quarta-feira, em Brasília. Os problemas não param por aí. Na Instrução Normativa 361, não consta que as horas serão convertidas em espécie depois de seis meses. O BB ficou de avaliar a revisão para adequar ao ACT.

Sobre a provisão das horas não folgadas, o BB informou que já existe e o primeiro pagamento sai na folha de agosto. Os fun-

cionários ainda denunciaram o uso do GDP (Gestão de Desempenho Profissional) como instrumento de ameaça de descomissionamento, piorando as condições de trabalho dos escritórios digitais. Para tratar sobre o assunto, a Comissão quer instalar uma mesa específica, conforme acordado na campanha salarial do ano passado.

### Dados de Saúde

A direção do BB divulgou ainda os dados sobre o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), feito de acordo a NR 7 (Norma Reguladora). Também fez uma apresentação do programa de Reinserção - Retorno ao Trabalho e expôs os números compilados do EPS (Exame Periódico de Saúde) de 2018, que pode ser feito a cada dois anos para pessoas até 50 anos e sem doenças, mas a instituição realiza anualmente.



Resolução prejudica empregados das estatais

## Aprovado PDC que susta efeitos da CGPAR 23

**VITÓRIA** para os trabalhadores de empresas estatais. Foi aprovado o PDC 956/2018 que susta os efeitos nefastos da resolução 23 da CGPAR nas autogestões de saúde.

A CGPAR 23 impõe limitações e perdas para os trabalhadores de estatais, como a Caixa. A exemplo da adesão de novos contratados, restrição do acesso a aposentados, cobranças por faixa etária, carências e franquias e, principalmente, a redução da participação das empresas no custeio da assistência médica.

A CCJC (Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania) aprovou, na quarta-feira, o parecer do relator, deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), com voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e no mérito do PDC. Agora, a matéria segue para apreciação do plenário da Câmara Federal.

# Brasil, exemplo de desigualdade

Se PEC for aprovada, a maioria não terá acesso à seguridade

ANA BEATRIZ LEAL  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**COM** o aumento da idade mínima para a aposentadoria, proposto pela reforma da Previdência, atrelada à precariza-

ção do mercado de trabalho, as desigualdades sociais no Brasil devem ser aprofundadas, além de deixar milhões de brasileiros sem acesso à Seguridade Social.

A verdade que o governo Bolsonaro desconhece é que muitos brasileiros pobres começam a trabalhar cedo, mas não conseguem contribuir ao INSS pelos 20 anos estipulados para ter a aposentadoria parcial. Muito

menos durante 40 anos para obter o benefício integral.

Pela regra atual, a primeira opção para se aposentar é somar um tempo mínimo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens) com a idade para chegar a um período de 86 anos (mulheres) e 96 (homens), que subirá a cada dois anos até chegar à soma 90/100 em 2027.

A segunda alternativa é alcançar a idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 para homens, com pelo menos 15 anos de contribuição. Neste caso, há desconto no valor da aposentadoria pelo fator previdenciário.

Já a reforma da Bolsonaro aumenta a idade mínima feminina para 62 anos (15 anos de contribuição) e mantém 65

anos para os homens (20 anos de contribuição).

A grande questão é que hoje apenas 56,6% dos homens e 74,82% das mulheres alcançariam o tempo exigido para contribuição. Em média, eles só conseguem contribuir 5,1 vezes por ano e as mulheres 4,7 vezes, de acordo com estudo de Denise Gentil (UFRJ) e Claudio Puty (UFPA) para a Anfip.

Portanto, aumentar o tempo de contribuição não combate privilégios. Retira recursos dos trabalhadores pobres, que nunca vão conseguir se aposentar.

Se a reforma passar, o Brasil será um exemplo mundial de como aumentar a desigualdade e acabar com um sistema solidário de previdência. Uma vergonha.



## Toma lá, dá cá. Lamentável

**O GOVERNO** Bolsonaro utilizou de todas as artimanhas para aprovar a reforma da Previdência. Liberou bilhões em emendas parlamentares e autorizou refinanciamento de dívidas de agricultores, a pedido dos ruralistas. Deu certo. A PEC foi aprovada na Câmara Federal, em primeiro turno, com 379 votos favoráveis e 131 contrários.

Na prática, o que foi aprovado é a inviabilização da aposentadoria para os mais pobres. O projeto aumenta o tempo de contribuição para se aposentar e também a idade, limita o benefício à média de todos os salários, eleva alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS e estabelece regras de transição para os atuais assalariados.

## Sindicato alerta sobre reforma da Previdência. Projeto é nefasto

**O SINDICATO** dos Bancários da Bahia está na trincheira de luta contra a reforma da Previdência. Se a proposta do governo Bolsonaro for aprovada, milhões de brasileiros vão perder o direito à aposentadoria. O alerta foi dado novamente pelo

presidente da entidade, Augusto Vasconcelos, em entrevista ao jornal *De Olho na Cidade*, na TV Band Bahia, na terça-feira.

A reforma é uma exigência do sistema financeiro que, como sempre, quer mais dinheiro do povo. Querem obrigar o cidadão a investir em previdência privada e ganhar com as altas taxas.

Ao mesmo tempo, destaca o presidente Augusto Vasconcelos, querem a garantia do governo de que irá honrar o compromisso com o pagamento de juros da dívida pública.



SBBA em entrevista à TV Band Bahia



## SAQUE

Rogaciano Medeiros

**CROCODILAGEM** Pelo menos para o povo, para o trabalhador que dá duro todo dia, ganha pouco e tem de se desdobrar para sobreviver, o choro do presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pela aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno, não passa de lágrimas de crocodilo. É triste ver o chefe de um poder da República chorar por ter servido ao capital.

**HORROR** A foto com a grande maioria dos deputados comemorando a aprovação, em primeiro turno, da reforma da Previdência, um projeto que condena aqueles que vendem a mão de obra a morrerem trabalhando, dá uma idéia do horror que representa o ultraliberalismo. É o capital sem nenhuma responsabilidade social. O Estado a serviço exclusivo do mercado.

**INFELIZMENTE** A reforma da Previdência, um dos objetivos principais do golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, dificilmente deixará de ser aprovada. Agora é tentar incluir emendas para amenizar as perdas. O projeto precisava de 308 votos favoráveis e teve 379, ou seja, 71 a mais. O governo abriu o cofre e o mercado fez pressão sobre os deputados que financia.

**FORTALECIDO** Para Bolsonaro, um alívio, pois foi eleito para impor a agenda ultraliberal. Mas, na realidade quem sai fortalecido politicamente com a reforma da Previdência é, sem dúvida, o presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Inclusive, na segunda-feira ele havia afirmado que a aprovação do projeto seria uma vitória dos deputados e não do governo. Foi quem articulou.

**DEBILIDADE** Sem desculpa, na real a mobilização popular não foi suficiente para barrar a reforma da Previdência, como não conseguiu impedir a nova legislação trabalhista, a prisão ilegal de Lula, entre outros abusos do neofascismo. As forças progressistas precisam urgentemente repensar conceitos e estratégias, a fim de garantir uma frente democrática ampla capaz de conter os retrocessos.